

INTRODUÇÃO

**ORIGENS E EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO
CRÍTICO LATINO-AMERICANO SOBRE DE-
SENVOLVIMENTO**

Tahina Ojeda Medina e
María del Carmen Villarreal Villamar

O DESENVOLVIMENTO COMO CONCEITO

O desenvolvimento é um conceito polissêmico cujos diversos significados dependem do assunto e do contexto de análise. Não é um conceito axiologicamente neutro (Rist, 2002), mas está carregado de interesses econômicos, políticos e ideológicos que podem assumir várias conotações, semelhantes ou em oposição direta entre si. O desenvolvimento descreve um processo de transformações estruturais de natureza multidimensional; entretanto, mesmo em seus variados significados, ele é concebido como um objetivo a ser alcançado, tanto na esfera econômica como na social ou cultural. Na opinião de Roig (2008, p. 81), o desenvolvimento constitui “[...] um dos conceitos mais paradoxais da retórica acadêmica e política: ele é inquestionável, mesmo que lhe falte uma definição inequívoca e consensual”.

Independentemente de suas práticas, para autores como Gilbert Rist (2002), o desenvolvimento pode ser definido como um “mito ocidental”, herdeiro da noção de progresso que surgiu na Grécia e foi posteriormente consolidada na Europa durante o Iluminismo. Precisamente, a definição contemporânea de desenvolvimento, cunhada no século XX, foi precedida por termos que expressam e refletem, ainda hoje, ideias de natureza semântica semelhante, como: *progresso*; *civilização*; *evolução*; *riqueza*; *justiça social*; *modernização* e *crescimen-*

to. Nesse sentido, Maristella Svampa (2018, p. 147) destaca que “[...] após o fim da Segunda Guerra Mundial, as noções de ‘progresso’ e ‘civilização’ foram deslocadas pela categoria de ‘desenvolvimento’, que, à semelhança de suas antecessoras, se tornou uma das ideias motrizes do discurso hegemônico moderno”.

Como afirma Gustavo Esteva (2000), a primeira pessoa que mencionou o termo desenvolvimento foi Wilfred Benson, que em 1942 referiu-se ao progresso econômico das “áreas subdesenvolvidas” ao escrever sobre os fundamentos da paz. Nos anos seguintes, o conceito seria utilizado esporadicamente por vários funcionários de organismos internacionais e pesquisadores. Entretanto, a fama do desenvolvimento se espalhou pelo mundo a partir de 20 de janeiro de 1949, após o discurso do presidente americano Harry Truman perante o Estado da União. No quarto ponto de seu discurso, ele declarou que um novo programa ousado era necessário para permitir que os benefícios dos avanços científicos e do progresso industrial ocidental pudessem servir para promover a melhoria e o crescimento das áreas “insuficientemente desenvolvidas”¹. Para Truman, quem inaugura a “era do desenvolvimento”, a ajuda a essas nações deveria se tornar um esforço coletivo, guiado pelos Estados Unidos como a potência hegemônica e sob a narrativa de alcançar a paz, a abundância e a liberdade. Mas, “é claro, quando essa ‘ajuda’ do Primeiro Mundo finalmente chegou, não seria incondicional” (Prashad, 2012, p. 33).

Em um contexto geopolítico marcado pela Guerra Fria, no qual as duas grandes potências da época (os Estados Unidos e a União Soviética) lutaram pela expansão global de seu bloco ideológico, a ajuda bilateral ao desenvolvimento tornou-se um instrumento de suas respectivas políticas externas. Ambas as potências “precisavam de um *projeto* para justificar sua política — e sua rivalidade no Sul; esse projeto era — e ainda é — o *desenvolvimento*, seja pela via capitalista ou pela socialista, as duas vias que elas mesmas estavam praticando” (Bajoit, 2008, p. 139). Com isso, no marco dos processos de descolonização e do nascimento de novos Estados na África e Ásia, o desenvolvimento se configura como parte do desenho de uma nova ordem internacional, finalmente liderada pelos Estados Unidos, que se difundiu como um modelo único e como um objetivo global.

Nesse contexto, nasceram vários programas bilaterais de ajuda ao desenvolvimento e numerosas organizações internacionais multilaterais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização das Nações Unidas para Alimen-

1 Tradução do termo inglês *underdevelopment*.

tação e Agricultura (FAO), a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Todas elas são dedicadas a promover o desenvolvimento em todos os cantos do planeta (Dos Santos, 1998; Rist, 2002; Svampa, 2018).

Entretanto, apesar das múltiplas interpretações que podem ser feitas do termo utilizado por Truman, dois pontos-chave estão claramente expressos em seu discurso e foram divulgados nos anos seguintes pelos ideólogos do desenvolvimento: a existência de uma condição indigna chamada subdesenvolvimento e a redução da maior parte da diversidade humana à categoria unitária de “subdesenvolvidos” (Esteva, 2000). Desde então, os Estados e as sociedades têm sido classificados no binômio desenvolvimento/subdesenvolvimento, com base em suas deficiências econômicas. Esse binômio será a base e o guia para a análise do mundo através de divisões binárias, tais como: rico/pobre; atrasado/avançado; tradicional/moderno (Sachs, 1996, 1997). Nessa perspectiva, o termo desenvolvimento assumirá um valor transitório e implicará a ação dos países desenvolvidos sobre os países em desenvolvimento (Sachs, 1996, 1997), sem que, paradoxalmente, não sejam propostas mudanças significativas ao sistema capitalista como principal gerador das desigualdades existentes (Rist, 2002).

A ideia de desenvolvimento alcançou uma importância única. Por um lado, foi reconhecido como um direito humano pelas Nações Unidas através da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (1986)². Por outro lado, conquistou um lugar nas ciências sociais, principalmente através da economia do desenvolvimento e da sociologia do desenvolvimento, criadas como subdisciplinas no campo epistemológico da economia e da sociologia, respectivamente. As interpretações clássicas da economia e da sociologia, por um lado, coincidem em considerar que o desenvolvimento é um objetivo inevitável e que o subdesenvolvimento é uma situação de atraso temporário na longa corrida em direção a esse objetivo. No entanto, elas diferem no ponto de partida da análise. A economia priorizou a formulação de propostas políticas específicas para alcançar o desenvolvimento econômico, enquanto a sociologia se concentrou em explorar as causas do subdesenvolvimento e das desigualdades.

A partir desse ponto, uma pluralidade de teorias, abordagens e

2 Adotada em 4 de dezembro de 1986, resolução 41/128. O artigo 1.1 afirma que “o direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável em virtude do qual toda pessoa humana e todos os povos têm o direito de participar, contribuir e desfrutar de desenvolvimento econômico, social, cultural e político, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais podem ser plenamente realizados”.

perspectivas têm interpretado o conceito de desenvolvimento com propostas que buscam alcançá-lo, corrigi-lo ou superá-lo através da construção de alternativas.

INTERPRETAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DESDE A AMÉRICA LATINA

A reflexão sobre o desenvolvimento no mundo acadêmico tem passado por inúmeras correntes de pensamento e perspectivas nas quais, cada vez mais, elementos relacionados aos direitos humanos, equidade de gênero e sustentabilidade ambiental estão sendo incorporados. Apesar disso, o conceito mantém uma base paradigmática no que tange ao crescimento econômico e ao progresso social. Essa base é estabelecida devido à influência da escola econômica clássica nos estágios iniciais dos estudos sobre desenvolvimento.

A escola econômica clássica, com Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus como seus principais expoentes, concentrou-se em explicar as causas do progresso econômico das nações e as mudanças econômicas sustentadas a longo prazo. Tais ideias seriam retomadas por Walter Rostow, Ragnar Nurkse e Arthur Lewis, e outros, que, entre os anos 1950 e 1960, formularam os principais postulados e conceitos para identificar o crescimento econômico com o desenvolvimento, mais especificamente, o crescimento da economia, o crescimento da produção e do consumo nacional com o desenvolvimento da economia de estilo capitalista³.

Com a teoria da modernização, a sociedade capitalista foi estabelecida como o modelo a ser seguido. Essa teoria apresentou o desenvolvimento como a etapa final de um processo que levaria as sociedades a superarem o “estado original de subdesenvolvimento” (Rostow, 1961) para se tornarem sociedades modernas de consumo de massa. Assim, foi estabelecida uma relação causal entre crescimento econômico e desenvolvimento, explicando, em primeira instância, que o grau de industrialização dos sistemas produtivos determinava a distância entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Dessa forma, a industrialização tornou-se o principal meio para atingir o crescimento econômico e o indicador de medição será o resultado do Produto Interno Bruto (PIB). O processo de modernização começou a ser medido pelos padrões dos países industrializados (Funes, 2014) e, assim,

3 Algumas das obras mais representativas e influentes dos anos 1950 e 1960 foram: *Problemas de formação de capital nos países subdesenvolvidos* (Nurkse); *Desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra* (Lewis); *As etapas do crescimento econômico: um manifesto não comunista* (Rostow); e *Política econômica: a programação do desenvolvimento* (Lewis).

o crescimento e o desenvolvimento tornaram-se termos inseparáveis até o final da década de 1970. Essa associação “[...] se generalizou de tal forma que, mesmo os economistas soviéticos passaram a assumir a mesma posição, ignorando os aspectos sociais e as mudanças estruturais necessárias que demanda o desenvolvimento” (Ornelas, 2010, p. 28).

Com sua interpretação economicista do desenvolvimento, a teoria da modernização induziu os países do Sul a “evoluir” em direção a um modelo capitalista de produção e consumo. Seus postulados privilegiaram a economia como motor do desenvolvimento, que seria alcançado quase automaticamente com o processo de modernização industrial. Portanto, a situação de “atraso” dos países poderia ser facilmente superada ao longo do tempo se as etapas de crescimento econômico fossem devidamente cumpridas (Rostow, 1961).

Questões como poupança, distribuição de renda ou desigualdades sociais não foram consideradas na teoria da modernização, já que sua prioridade era aumentar a produção como fonte de riqueza. De qualquer maneira, para alcançar o crescimento econômico, os obstáculos culturais, institucionais e políticos necessários teriam que ser removidos (Ramírez, 2008). O mercado estaria encarregado de distribuir os benefícios do crescimento econômico de cima para baixo, dissociando a economia das questões sociais. Essas ideias, posteriormente foram reinterpretadas pela escola neoclássica (Arthur Lewis, Joseph Schumpeter, Milton Friedman, Arnold Harberger) e pela escola pós-Keynesiana (Nicolas Kaldor, Paul Davidson).

A partir de uma interpretação estruturalista, a América Latina foi inserida no debate teórico através das escolas neoclássica e pós-keynesiana da modernização. A escola estruturalista da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), sob a figura de Raúl Prebisch, seu principal expoente teórico e político, promoveu uma interpretação do desenvolvimento econômico baseada na posição dos países em desenvolvimento na estrutura econômica internacional. Esse lugar é determinado por uma divisão internacional do trabalho, na qual os países em desenvolvimento realizam como principal atividade econômica a produção e comercialização das matérias primas necessárias nos processos industriais dos países desenvolvidos. Tal relação, portanto, representaria um obstáculo ao desenvolvimento econômico, já que a deterioração dos termos de troca dos bens primários, a longo prazo, reforça a composição assimétrica da estrutura do sistema econômico mundial (Prebisch, 1948).

Em sua abordagem, a CEPAL não questiona a ideia básica do crescimento econômico como fator de desenvolvimento ou da industrialização como forma de alcançá-lo. A centralidade de seu ques-

tionamento está na necessidade de que os processos de industrialização sejam liderados pelo Estado e não pelo mercado; e que esses processos se concentrem em alcançar a diversificação das economias nacionais (crescimento interno), a fim de superar o caráter primário-exportador que coloca os países do Sul na periferia do sistema econômico mundial. Assim, a escola estruturalista da CEPAL incorpora na teorização do desenvolvimento a variável sociopolítica, tanto na dimensão nacional como internacional. Suas principais contribuições são: 1) definição da relação econômica e política entre os países como Centro-Periferia; 2) desmistificação da vinculação do desenvolvimento econômico linear proposto pela teoria da modernização; 3) identificação dos obstáculos estruturais ao desenvolvimento; 4) a proposta de “heterogeneidade estrutural”, o que significa que não há desenvolvimento uniforme para todos os países periféricos (Dos Santos, 1998; Ramírez, 2008).

A partir de então, as ciências sociais na América Latina ganharam um impulso extraordinário. “O pensamento próprio é um fato. Não se trata mais de imitar, mas de compreender, explicar, prever, interpretar e questionar a realidade que está sendo estudada e à qual se pertence” (Roitman, 2014, p. 7). Entre 1950 e 1970, uma geração prolífica assumiu a tarefa (principalmente nas áreas da economia, sociologia, história, ciência política, demografia e antropologia) de interpretar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, assim como o crescimento, a modernização e as relações de dependência derivadas do binômio centro-periferia, a partir da própria realidade social e política latino-americana. Nesse processo, destacam-se autores como José Medina Echavarría, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel, André Gunder Frank, Edelberto Torres, Carlos Matus, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Pedro Paz, Carmen Miró, Florestan Fernandes, Theotônio Dos Santos, Maria da Conceição Tavares, Vânia Bambirra e Celso Furtado.

A criação do Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES), um órgão permanente ligado à CEPAL, ajudou a reunir no Chile essa primeira geração de cientistas sociais da região (Roitman, 2014). Paradoxalmente, tais intelectuais, com uma preocupação profundamente crítica, questionaram a concepção da CEPAL e do ILPES, possibilitando a criação de uma relevante produção teórica no que epistemologicamente é chamado de *teorias da dependência*. Essas teorias compreendem um conjunto de estudos e interpretações das relações de dependência dos países periféricos no contexto do sistema mundial. Elas utilizam contribuições de pensadores de várias correntes e estruturas teóricas, incluindo estrutural-funcionalistas, weberianistas e marxistas.

Os postulados da dependência, em sua maioria, são fortemente influenciados pelo marxismo como modelo teórico para analisar a realidade mundial e baseiam-se no pressuposto de que o sistema capitalista produz e reproduz uma polarização global entre centros e periferias. Portanto, devido à essa característica de acumulação de capital, cria-se uma contradição impossível de ser resolvida pelos países periféricos ao seguir as mesmas lógicas de mercado. Além disso, as posições subalternas das periferias são incompatíveis com sua efetiva incorporação social global (Amin, 1988).

No caso da América Latina, existem pelo menos duas correntes⁴ com diferentes análises sobre o desenvolvimento e a relação de dependência. Por um lado, a corrente reformista-estruturalista, com uma visão mais desenvolvimentista e economicista, que determina o fator de dependência como externo e defende o desenvolvimento autocentrado (interno) com a máxima expansão do mercado nacional através da substituição de importações. Essa corrente não apresenta uma alternativa de desenvolvimento anticapitalista e não se aprofunda na possível acumulação de capital pelas classes econômico-industriais internas que herdariam a lógica do capitalismo em sua versão periférica. Por outro lado, uma corrente mais alinhada com a esquerda marxista, que questionou o funcionamento do capitalismo nas sociedades periféricas, e que entende que a dependência é uma situação condicionante, já que a economia de alguns países estará subordinada à expansão e crescimento da economia de outros. Para essa corrente teórica a situação de dependência poderia ser modificada, reorientada ou interrompida de acordo com as mudanças na estrutura hegemônica e a estrutura dos dependentes. Portanto, as opções dos movimentos populares e o caminho socialista foram apresentados como alternativas anticapitalistas para cessar com a dependência (Bambirra, 1978).

A crítica latino-americana sobre os postulados fundamentais das teorias de desenvolvimento adquire especial relevância ao considerarmos que, entre os anos 1950 e 1970, muitos dos governos da América Latina e do Caribe estiveram nas mãos de forças militares autoritárias e totalitárias; e os que não estiveram, adotaram uma política de “coexistência pacífica” com a Doutrina de Segurança Nacional (DNS) dos Estados Unidos. Afinal esses governos não só assumiram o crescimento econômico como objetivo central de seus projetos de desenvolvimento, mas também associaram, no nível político estratégico, o

4 Para Kay (1991, p. 102), os antecedentes desse processo podem ser observados no início do século XX no debate entre Víctor Raúl Haya De la Torre e José Carlos Mariátegui, que deu origem às duas grandes correntes da escola latino-americana de desenvolvimento: a reformista-estruturalista e a marxista- revolucionária.

discurso do desenvolvimento com a luta anticomunista e a segurança nacional e hemisférica. No caso da América Latina “[...] a doutrina militar antisocialista não identifica seu adversário potencial mais imediato no estrangeiro, mas tende a procurá-lo dentro do próprio país. Ela o identifica naqueles movimentos organizados com potencial suficiente para aspirar à liderança do Estado, mas que, por sua vez, pretendem transformar em profundidade as estruturas sociopolíticas sobre as quais repousa o funcionamento do sistema capitalista” (Garcés, 2013, p. 73).

É importante salientar que durante a Guerra Fria o pensamento crítico latino-americano sobre o desenvolvimento foi fortalecido sendo particularmente significativo nas relações Sul-Sul com a Ásia e a África no contexto dos processos de descolonização e do projeto político do Terceiro Mundo. Ele estava associado aos movimentos populares e aos partidos políticos da esquerda marxista, que encontraram nas universidades públicas, após conquistar a autonomia universitária, o espaço adequado para dar forma à sua produção teórica mais contestatária. Embora esse tenha sido um tempo de luzes, foi também de sombras para o pensamento crítico, visto que, a contraofensiva conservadora dos anos 1970 fez todo o possível para desacreditá-lo e erradicá-lo, tanto na esfera político-econômica quanto acadêmica-intelectual. O assédio das ditaduras, os golpes de Estado (Roitman, 2013), o cerco aos movimentos e revoluções populares, a perseguição e desaparecimento de intelectuais e pensadores “marcaram o início da crise na produção do pensamento crítico, preparando as condições que tornaram possível o domínio do pensamento neoliberal nos anos oitenta” (Sánchez e Sosa, 2004, p. 13). A crise ideológica e a queda da esquerda mundial tiveram uma clara repercussão nas ciências sociais latino-americanas. Isso provocou uma relativa falta de uso do pensamento anticapitalista e a assimilação de quadros teóricos e linguagens “desideologizadas” para explicar a realidade dos fenômenos mundiais e nacionais.

Embora seja verdade que, apesar dessas dificuldades, o trabalho de pesquisa crítica continuou, só em meados dos anos 1990 foi que começaram a ser reabertos as linhas e projetos de pesquisa que dariam nova vida ao pensamento crítico latino-americano nas ciências sociais. Nos estudos sobre desenvolvimento, no início do século XXI, as ideias-chave da produção intelectual de meados do século XX foram retomadas, mas com abordagens significativamente diferentes, marcadas pelas novas realidades sociopolíticas e econômicas latino-americanas. A maior parte dessa produção se concentrará na marca da modernidade na construção do pensamento e nas relações de poder hegemônico que lhe são inerentes, com base em três pilares: capita-

lismo, colonialismo e patriarcado. Esses representam hoje a espinha dorsal de uma análise multidimensional de parte das ciências sociais latino-americanas que buscam por alternativas epistemológicas à ideia de desenvolvimento, nas quais componentes como a ecologia e os direitos estão presentes de forma quase que transversal em todas as abordagens teóricas.

Neste sentido, as reflexões sobre a colonialidade que tinham sido trabalhadas desde meados dos anos 1960⁵, assim como várias premissas da teologia da libertação, da pedagogia crítica e da teoria da dependência, recuperam seu espaço no século XXI, sendo utilizadas como base para o desenvolvimento de uma nova e mais complexa perspectiva. Essas teorias têm sido desenvolvidas como base para uma ampla produção intelectual em linhas de pesquisa focalizadas em estudos feministas, indígenas, afrodescendentes, ambientais e de defesa do território, dos direitos humanos e da organização popular.

As teorias pós-coloniais e decoloniais retomam o debate sobre a colonização como eixo central da dominação e subordinação dos países do Sul em todas as suas relações, tanto na dimensão nacional como internacional. Esse conjunto de teorias analisa os efeitos da colonização sobre o desenvolvimento histórico dos países e povos do Sul e destaca a sua continuidade mesmo após os processos de independência formal. Ao mesmo tempo, afirma que os laços Norte-Sul continuam sendo marcados pelo colonialismo ocidental através do que eles chamam de *colonialidade do poder, do saber e do ser*. Alguns dos principais expoentes dessas ideias são: Enrique Dussel; Walter Mignolo; Arturo Escobar; Aníbal Quijano; Edgardo Lander; Ramón Grosfoguel; Fernando Coronil; Santiago Castro Gómez; Zulma Palermo; María Lugones; Catherine Walsh; Silvia Rivera Cusicanqui; Rita Laura Segato; María Paula Meneses e Boaventura de Sousa Santos⁶.

5 A noção de colonialismo interno foi uma das primeiras formulações críticas não econômicas sobre o desenvolvimento. Esta noção foi concebida pelo sociólogo mexicano Pablo González Casanova (1963) e ampliada por Rodolfo Stavenhagen (1969). Nesta perspectiva, de orientação marxista, discute-se a continuidade das relações coloniais nas sociedades latino-americanas. Que por sua vez, são baseadas em lógicas de dominação e exploração pelos grupos nativos dominantes (*criollos*) sobre o resto dos grupos que existiam antes da formação dos Estados nacionais, reproduzindo internamente as dinâmicas globais de desigualdade entre centro e periferia que perpetuam a acumulação de capital. Graças a essas formulações, análises focalizadas exclusivamente nas desigualdades de classe começam a considerar também as assimetrias étnicas, reconhecendo a pluralidade desses processos de exclusão e dominação.

6 María Paula Meneses e Boaventura de Sousa Santos são pensadores de origem moçambicana e portuguesa, mas os incluímos na categoria de autores de destaque para a América Latina por suas valiosas contribuições às teorias decoloniais situadas

A retomada da crítica às consequências da expansão do capitalismo na América Latina e no Caribe já no final do século XX possibilitou estudos relevantes sobre os processos de despossessão e concentração da terra e sobre a necessidade de denunciar o colonialismo acadêmico e político que viabilizou a disseminação de noções de desenvolvimento que desconsideravam as especificidades locais. Para estudiosos como Orlando Fals Borda (2009) — cujos escritos, desde os anos 1960, também influenciaram as reflexões sobre pós-desenvolvimento e o giro decolonial — esses processos deveriam gerar um pensamento rebelde e a subversão das sociedades latino-americanas. A subversão entendida como a quebra dos laços vigentes de dominação e exploração e a produção de um desenvolvimento autocentrado, enraizado nas culturas locais. Com base nessas premissas e como resultado da influência de noções internacionais sobre o desenvolvimento humano e local, bem como sobre o fracasso das reformas neoliberais, surgiram na América Latina numerosas perspectivas que enfatizaram a necessidade da criação de estratégias de desenvolvimento “desde dentro” (Sunkel, 1991), “desenvolvimento em escala humana” (Max Neef *et al.*, 1986) e projetos de “desenvolvimento inclusivo” ou “com equidade” (CEPAL, 1990).

Em vários países, depois de que os especialistas no assunto observaram que as estratégias de desenvolvimento aplicadas durante décadas haviam levado a um aumento das desigualdades e da pobreza, assim como também a problemas ambientais, começou a se espalhar a ideia de que aquele projeto havia fracassado, produzindo “mau-desenvolvimento” (Amin, 1990; Unceta, 2009) ou “má vida” (Tortosa, 2010). Como corolário, e graças ao pessimismo que se espalhou sobre a probabilidade de garantir o bem-estar da população, entre o final dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990, surgiu uma variedade de abordagens críticas, vinculadas à *teoria do pós-desenvolvimento*. Esses estudos rejeitam o projeto de modernidade e ocidentalização que tem guiado o desenvolvimento desde seu início no Sul global, denunciando a polissemia, a ambiguidade e o caráter colonial e eurocêntrico do termo. Dois de seus maiores expoentes na região são Arturo Escobar e Gustavo Esteva.

O pós-desenvolvimento é uma teoria que se baseia em reflexões heterogêneas como a teoria da dependência, a teologia da libertação, a Pesquisa Ação Participativa (*Investigación-Acción Participativa*,

no Sul Global e por seus estreitos vínculos com o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) através do grupo de trabalho sobre Epistemologias do Sul, bem como por sua relação bastante próxima com os movimentos sociais e a academia crítica da região.

IAP), a teoria pós-colonial, o pensamento feminista, ambientalista e as reflexões de autores como Ivan Illich e Paulo Freire (Escobar, 2005, 2007). No entanto, ela parte da crítica pós-estruturalista e entende o desenvolvimento como um conjunto de discursos e práticas ocidentais disseminados internacionalmente através de uma poderosa rede internacional, institucional e doutrinária (Escobar, 2005). Nessa perspectiva, considera-se que, apesar das promessas, o desenvolvimento não só falhou em reduzir os problemas globais, mas causou inúmeros danos às pessoas e à natureza, homogeneizando, por exemplo, os modos de vida dos povos. Além disso, graças a suas pretensões universalistas e teleológicas, o desenvolvimento excluiu formulações alternativas do que pode ser concebido como uma vida plena.

O pós-desenvolvimento rejeita as premissas do desenvolvimento, assim como as categorias derivadas dele: subdesenvolvimento, países em desenvolvimento, países desenvolvidos ou países do terceiro mundo (Escobar, 2005). Da mesma forma, esse enfoque critica os paliativos formulados em nome do desenvolvimento: desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local ou com perspectiva de gênero. A ideia central é que a riqueza e o bem-estar dos povos não podem ser medidos em termos materiais pelos padrões ocidentais, e que a aceitação deste elemento constitui uma abdicação da heterogeneidade humana, além de ser um perigo para a sobrevivência da espécie (Esteva, 2000, 2009). Consequentemente, os defensores do pós-desenvolvimento defendem novas formas de vida nas quais o desenvolvimento deixa de ser o princípio organizador das relações sociais. Para isso, valorizam os conhecimentos ancestrais e as tradições locais, devolvendo aos povos sua capacidade de agência e a possibilidade de construir seu bem-estar com base em suas próprias concepções, fora dos cálculos técnicos e propostas de modernização e crescimento econômico de matriz ocidental (Esteva, 2000, 2009; Escobar, 2005). Nesse sentido, reconhecem e valorizam as contribuições teóricas e práticas dos povos tradicionais (indígenas e afrodescendentes), movimentos sociais e organizações populares que, desde o final do século XX, têm sido centrais na oposição ao neoliberalismo e à globalização, bem como na geração de alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico.

Por outro lado, as propostas agrupadas sob a teoria do pós-desenvolvimento abriram espaço para o surgimento de novas concepções mais relacionadas à natureza, à interculturalidade e à felicidade dos povos. Juntamente com as premissas derivadas da abordagem do desenvolvimento sustentável e a força dos movimentos ecologistas na América Latina, as reflexões que surgiram dentro dessa estrutura tiveram um impacto profundo na região. A partir da cosmovisão dos povos indígenas, em países andinos como Equador e Bolívia,

tais concepções deram origem ao conceito de *sumak kawsay*, *suma gamaña*, *Bem Viver / Viver Bem* (Acosta, 2008, 2017). Esse conceito formula uma crítica radical ao modelo clássico de desenvolvimento, propondo a revalorização dos conhecimentos tradicionais e alternativas baseadas nos conhecimentos, necessidades e desejos dos povos diretamente envolvidos, considerando, por exemplo, a importância de noções como felicidade, solidariedade e harmonia com a natureza. Na América Latina, com base nessa concepção, houve um crescimento de propostas que defendem a criação de processos de transição e alternativas ao desenvolvimento regional de natureza extrativista. Alguns dos principais expoentes dessa abordagem são Alberto Acosta, Eduardo Gudynas, Maristella Svampa, David Choquehuanca, Fernando Huacuni Mamani, Mónica Chuji e Javier Lajo.

As *alternativas pós-extrativistas* que estão sendo formuladas na região, com o protagonismo dos movimentos sociais, movimentos de mulheres, povos indígenas e afrodescendentes, destacam a pluralidade de vozes e visões de bem-estar que existem na América Latina, ao mesmo tempo em que mostram outras concepções do que entendemos por natureza, vida e progresso (GRISUL, 2018; Echart e Villarreal, 2019; Svampa, 2019). Para Gudynas (2013), quando se trata de entender tais propostas, é necessário distinguir entre aquelas que promovem alternativas *de* desenvolvimento, desenhando estratégias mais sensíveis ao gênero ou ao meio ambiente, daquelas que questionam radicalmente a própria ideia de progresso, estabelecendo alternativas *ao* desenvolvimento. Atualmente, além dos processos de luta e resistência contra o avanço da fronteira extrativista, essas propostas são versáteis, heterogêneas e caracterizadas pela criação de planos de bem-estar comunitário, medidas de preservação-ambiental, proibição de atividades extrativistas, projetos agroecológicos cooperativos, programas de turismo comunitário baseados em alianças, redes comerciais e de serviços locais, bem como a criação de diversas formas de economia, permuta e comércio colaborativo (Echart e Villarreal, 2018, 2019).

Atualmente, as *teorias de gênero e feministas* na América Latina estão em diálogo com todas as perspectivas analisadas até o momento; ao mesmo tempo, trabalham para a construção e difusão do pensamento latino-americano e caribenho situado nas realidades socio-culturais e político-econômicas do Sul. Entre as principais expoentes do pensamento crítico feminista na região estão Rita Segato, María Lugones, Irma Saucedo, Karina Bidaseca, Adriana Guzmán, Julietta Paredes, Silvia Rivera Cusicanqui, María Galindo, Sonia Álvarez, Claudia de Lima Costa, Ochy Curiel, Yuderkis Espinosa Miñoso, Sueli Carneiro, Luiza Bairros e Maria da Graça Costa.

A incursão das teorias de gênero e feministas nos estudos sobre desenvolvimento surge nos anos 1970, com os primeiros encontros internacionais sobre as mulheres e a incorporação da abordagem de “Mulher em Desenvolvimento” (MED). Segundo Irene Rodríguez (2017), essa abordagem superou a “estratégia de bem-estar” baseada na teoria da modernização, cujas ideias centrais eram, por um lado, que o crescimento econômico não faz distinção entre os sexos e, por outro, que as mulheres “são seres vinculados à tradição, incapazes ou não dispostas a entrar no mundo moderno” (Parpart e Marchand, 1995, p. 13 citado em Rodríguez, 2017, pp. 50-51); portanto, considerava as mulheres como um “grupo vulnerável” e não como um sujeito de desenvolvimento. Com a abordagem MED, a ideia de que as mulheres desempenham um papel significativo no desenvolvimento econômico e social começou a tomar forma. Nos anos 1990, as teorias de gênero e feministas ganharam novo impulso com a mobilização e as ações dos grupos de mulheres, tanto no Norte como no Sul. Esse processo permitiu que o desenvolvimento e seu impacto sobre as mulheres fossem debatidos nas principais reuniões globais, sendo a Plataforma de Ação de Beijing a referência mais importante para organizar o trabalho político institucional em relação ao século XXI (Zabala e Martínez, 2017). Em seguida, outro passo significativo foi dado com a transição da abordagem MED para a abordagem de “Gênero em Desenvolvimento” (GED), que promove a incorporação da *perspectiva de gênero* em todas as políticas públicas de desenvolvimento.

No contexto da América Latina, os estudos baseados em teorias de gênero e feministas se concentram na análise dos vínculos entre classe social, etnia, exclusão e desenvolvimento. E o fazem, sobretudo, dentro da estrutura dos movimentos feministas e de mulheres. Além disso, América Latina tem contribuído também com outras interpretações dos fenômenos sociais, políticos e econômicos a partir de perspectivas como o feminismo socialista, os feminismos pós-coloniais, os ecofeminismos, os feminismos populares e comunitários (Aguinaga *et al.*, 2010), os transfeminismos e os feminismos lésbicos.

As contribuições formuladas a partir desse conjunto de perspectivas incluem várias propostas da economia feminista e questionam a neutralidade de gênero nas políticas macroeconômicas, ao passo que dão visibilidade ao trabalho reprodutivo e de cuidado historicamente realizado pelas mulheres (Sanchís, 2011). Elas também discutem sobre o patriarcado e os privilégios masculinos inerentes a ele, bem como o acesso desigual aos recursos, oportunidades e direitos enfrentados pelas mulheres latino-americanas. Tais pesquisas também trouxeram à tona as diversas formas de discriminação, violência e exploração às quais as mulheres estão expostas, sua limitada participação

nos debates sobre o desenvolvimento e as maneiras em que a pobreza e as políticas de austeridade as afetam de modo mais pronunciado (Aguinaga *et al.*, 2010). Sem ignorar as diferenças de origem ou classe que existem entre as mulheres latino-americanas, que são ampliadas em contextos multiétnicos, multiculturais e multilíngues (Lamas, 2007), graças a essas propostas a gramática do desenvolvimento na América Latina foi ampliada. Desta forma, foram incluídos conceitos como equidade, distribuição e autonomia, mas, sobretudo, o gênero como variável central para compreender a realidade de uma ordem hierárquica e desigual e a necessidade de transformá-la em favor da construção de sociedades mais justas e igualitárias (Sanchís, 2011, p. 32). Além disso, as propostas mais recentes também contribuem para a produção de um pensamento crítico, teórico e de ação política sobre os universalismos que não dão conta das necessidades e preocupações das realidades lésbica (Espinosa, 2012), transgênero e *queer*, que até o início do século XXI, não haviam sido contempladas nos debates sobre o desenvolvimento.

Além das propostas descritas até agora, existem atualmente agendas políticas e de pesquisa focalizadas na questão colonial, com suas respectivas vertentes indígenas, afro e de coletivos de mulheres lésbicas, transgêneros e *queer*, que são de particular relevância. Entre essas destacam-se os *feminismos pós-coloniais*, entendidos como “aqueles pensamentos-ações feministas que concentram seus esforços contra a ordem da modernidade colonialista e racista a partir das realidades relacionais dos povos originários da América; das culturas africanas daqueles deportados pela escravidão capitalista moderna da África para a América nos séculos XV-XIX; e da reflexão não ocidental das migrantes asiáticas” (Gargallo, 2010, p. 39). Tais feminismos são especialmente protagonistas no meio de uma diversidade de abordagens e propostas teóricas que coexistem na região, em diálogo com outras regiões do Sul. Eles e os feminismos decoloniais também são críticos das estruturas teóricas de gênero mais institucionalizadas e universalistas como reflexo das sociedades liberais e burguesas integradas no pensamento hegemônico. Os diversos grupos e movimentos de mulheres no Sul vivem em contextos históricos e biográficos marcadamente diferentes, onde a colonialidade, a racialização, a superexploração e a sexualidade conformam outros imaginários representativos da opressão capitalista, colonial e patriarcal.

Na esteira dessas reflexões, o debate atual sobre o desenvolvimento, especialmente na América Latina, inclui a especificidade de seus países, povos e culturas. Ao mesmo tempo, as dinâmicas do capitalismo e as transformações que ele provocou em todas as esferas permitiram ao pensamento crítico desviar a atenção do Estado nacional

como único ator nas estratégias de desenvolvimento e buscar caminhos alternativos para o progresso e o bem-estar. Como resultado desse processo, a região é hoje um rico laboratório de pensamento crítico sobre o desenvolvimento composto por uma diversidade de agendas, atores e práticas que nos convidam a pensar em alternativas pós-capitalistas e na construção de “outros mundos possíveis”.

A ESTRUTURA DO LIVRO

Este livro apresenta uma revisão abrangente do estado atual do pensamento crítico latino-americano sobre o desenvolvimento. Já que é impossível abordar a totalidade da vasta produção regional, tanto temática quanto temporalmente, fizemos uma seleção de temas que explicam a heterogeneidade de visões das ciências sociais latino-americanas sobre o assunto.

O livro está organizado em duas partes. A primeira, “Imaginários, visões pós-desenvolvimentistas e perspectivas decoloniais sobre o desenvolvimento”, apresenta as contribuições teóricas e políticas que estão sendo produzidas a partir da região não apenas questionando as premissas fundadoras da ideia de desenvolvimento e sua prática operativa, mas também através da construção de alternativas viáveis ao desenvolvimento, como aquelas formuladas dentro da estrutura do Bem Viver, da crítica decolonial e do pensamento feminista. Os capítulos que compõem a primeira parte são:

1. “Imaginários sobre o desenvolvimento na América Latina: entre a emancipação e a adaptação ao capitalismo”, Enara Echart Muñoz, Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Breno Bringel, Professor do Instituto de Estudos Políticos e Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), Brasil.
2. “Um olhar decolonial sobre o conceito de desenvolvimento”, Tereza Spyer Dulci, professora da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA), Brasil.
3. “Pós-desenvolvimento e *sumak kawsay*”, Eduardo Paz Rada, professor da Universidad Mayor de San Andrés (UMSA), Bolívia.
4. “Gênero, feminismos e desenvolvimento na América Latina”, Karina Bidaseca, professora da Universidade de Buenos Aires (UBA) e da Universidade Nacional de San Martín (UNSAM), Argentina.

A segunda parte, “Perspectivas multidisciplinares sobre desenvolvimento”, apresenta algumas das discussões e contribuições mais rele-

vantes sobre o desenvolvimento que ocorreram na América Latina e no Caribe em campos como a economia e a teoria do comércio internacional, bem como no campo da educação, dos estudos migratórios, da ciência e tecnologia, da saúde e meio ambiente. Os capítulos que compõem a segunda parte são:

1. “América Latina: economia e desenvolvimento”, Gregorio Vidal, professor e pesquisador da Universidad Autónoma Metropolitana na (UAM) Unidad Iztapalapa na Cidade do México.
2. “Desenvolvimento e contribuições da teoria do comércio internacional para a integração: breves reflexões desde a América Latina e o Caribe”, Maribel Aponte-García, professora e pesquisadora da Universidade de Porto Rico.
3. “A economia social do conhecimento: uma proposta do Sul em tempos de extrativismo infocognitivo”, René Ramírez Gallegos, pesquisador e professor da Universidad Nacional Autónoma do México (UNAM).
4. “Educação, comunicação e desenvolvimento: relações e contribuições desde a América Latina”, Alexandra Agudelo, Diretora do Centro de Estudos com Populações, Mobilizações e Territórios da Universidad Autónoma Latino-Americana (Unaula), Colômbia e Alejandra Boni, Professora da Universidad Politécnica de Valência (UPV), Espanha.
5. “Para uma visão contra-hegemônica da relação dialética entre migração e desenvolvimento”, Raúl Delgado Wise, professor e pesquisador da Unidade Acadêmica de Estudos de Desenvolvimento da Universidade de Zacatecas, México.
6. “A saúde colonizada pelo desenvolvimento: a América Latina e o Caribe entre o pan-americanismo e a soberania sanitária regional”, Gonzalo Basile, diretor e pesquisador do Programa Internacional de Saúde da FLACSO — República Dominicana e coordenador do Grupo Regional de Saúde Internacional e Soberania Sanitária da CLACSO, Argentina.
7. “Meio ambiente e desenvolvimento: da oposição à confluência”, Javier Surasky, coordenador da área de Governança do Centro de Pensamento Estratégico Internacional (CEPEI) e professor da Universidad Nacional de La Plata, Argentina.

Este livro é o produto da construção coletiva de um grupo de autores e autoras, especificamente oito mulheres e sete homens, que compõem uma equipe acadêmica associada a várias especialidades das

ciências sociais de oito países: Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Espanha, México e Porto Rico. Nossos agradecimentos a todos e todas, assim como ao Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) por suas contribuições a este projeto editorial, que coordenamos com especial dedicação e esforço em favor do reconhecimento e da disseminação do pensamento crítico latino-americano sobre desenvolvimento. Queremos também agradecer a Alberto Acosta, professor e destacado economista equatoriano, por ter escrito valiosas reflexões no prólogo da primeira edição do texto em espanhol. Somos também muito gratas com o Instituto Universitário de Desenvolvimento e Cooperação (IUDC) da Universidade Complutense de Madrid, a Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e o Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) pelo seu apoio para a publicação deste livro. Finalmente, fazemos um agradecimento especial à Manuela D'Ávila, política, feminista e ex-candidata à vice-presidência do Brasil por ter escrito o prefácio da obra na edição em português, assim como aos pesquisadores do Grupo de Relações Internacionais e Sul Global (GRISUL) da UNIRIO, por ter colaborado na tradução de vários dos capítulos do livro, e a pesquisadora Dâmaris Burity, por ter feito com muita dedicação e carinho a revisão da obra completa.

BIBLIOGRAFIA

- Acosta, A. (2008). El Buen Vivir, una oportunidad por construir. *Ecuador a Debate*, 75, 3347.
- Acosta, A. (2017). Posextractivismo. Del discurso a la práctica. Reflexiones para la acción. *International Development Policy*, 9 [online].
- Aguinaga, M.; Lang, M.; Mokrani, D. e Santillana A. (2010). Pensar desde el feminismo: Críticas y alternativas al desarrollo. In Lang, M. e Mokrani, D. (Eds.), *Más allá del desarrollo* (pp. 5582). Quito: Fundación Rosa Luxemburgo, Abya Yala.
- Amin, S. (1988). *La desconexión. Hacia un sistema mundial policéntrico*. Madrid: IEPALA.
- Amin, S. (1990). *Maldevelopment. Anatomy of a Global Failure*. Tokyo: United Nations University Press.
- Bajoit, G. (2008). Críticas de las teorías sociológicas del desarrollo. In Puerto, L. (Org.), *Economía para el desarrollo. Lecturas desde una perspectiva crítica* (pp. 135177). Madrid: IUDCUCM / Los Libros de la Catarata.
- Bambirra, V. (1978). *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. Cidade

- do México: Serie Popular Era.
- CEPAL (1990). *Transformación productiva con equidad. La tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el Caribe en los años noventa*. Santiago de Chile: CEPAL.
- Dos Santos, T. (1998). La teoría de la dependencia: un balance histórico y teórico. In López, F. (Ed.), *Los retos de la globalización. Ensayo en homenaje a Theotônio Dos Santos*, Tomo II. Caracas: UNESCO.
- Echart, E. e Villarreal, M. (2018). Resistencias y alternativas al desarrollo en América Latina y Caribe: las luchas sociales contra el extractivismo. *Relaciones Internacionales*, 39, 141163.
- Echart, E. e Villarreal, M. (2019). Women's struggles against extractivism in Latin America and the Caribbean. *Contexto Internacional*, 41, 303325.
- Escobar, A. (2005). El "postdesarrollo" como concepto y práctica social. In Mato, D. (Coord.), *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización* (pp. 1731). Caracas: Universidad Central de Venezuela.
- Escobar, A. (2007). *La invención del tercer mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundación Editorial el Perro y la Rana, Ministerio del Poder Popular para la Cultura, Gobierno Bolivariano de Venezuela.
- Espinosa, Y. (2012, febrero). La política sexual radical autónoma, sus debates internos y su crítica a la ideología de la diversidad sexual. *Pensando los feminismos en Bolivia* (pp. 113126), Serie Foros 2. La Paz: Conexión Fondo de Emancipación.
- Esteva, G. (2000). Desarrollo. In Viola, A. (Comp.), *Antropología del desarrollo. Teoría y estudios etnográficos en América Latina* (pp. 67101). Barcelona: Paidós.
- Esteva, G. (2009). Más allá del desarrollo: la buena vida. *América Latina en Movimiento*, 445, 1 5.
- Fals Borda, O. (2009). La subversión. In Moncayo, V. (Comp.), *Una sociología sentipensante para América Latina. Antología* (pp. 385-418). Buenos Aires: CLACSO.
- Funes, P. (2014). *Historia mínima de las ideas políticas en América Latina*. Madrid: Colegio de México / Turner.
- Garcés, J. (2013). *Allende y la vía chilena. Las armas de la política*. Madrid: Siglo XXI.
- Gargallo, F. (2010). *Antología del pensamiento feminista nuestro americano*, Tomo I. Caracas: Biblioteca Ayacucho.
- González, P. (1963). Sociedad plural, colonialismo interno y

- desarrollo. *América Latina: Revista del Centro Latinoamericano de Investigaciones en Ciencias Sociales*, 6(3), 1532.
- Grisul (2018). *Pacha: defendiendo la tierra. Extractivismo, conflictos y alternativas en América Latina y el Caribe*. Rio de Janeiro: Périplos.
- Gudynas, E. (2013). Debates sobre el desarrollo y sus alternativas en América Latina: una breve guía heterodoxa. *Revista Foro*, 79, 94111.
- Gudynas, E. (2017). Los ambientalismos frente a los extractivismos. *Nueva Sociedad*, 268, 110121.
- Kay, C. (1991). Teorías Latinoamericanas del desarrollo. *Nueva Sociedad*, 113, 101113.
- Lamas, M. (2007). Género, desarrollo y feminismo en América Latina. *Pensamiento Iberoamericano*, 0(1), 133152.
- López, F. (Ed.) (1998). *Los retos de la globalización. Ensayo en homenaje a Theotônio dos Santos*, Tomo I. Caracas: UNESCO.
- Max-Neff, M.; Elizalde, A. e Penhayn, M. (1986). Desarrollo a escala humana: una opción para el futuro. *Development Dialogue*, N° especial, CEP/AUR, Fundación Dag Hammarskjöld.
- Mignolo, W. (1996). Herencias coloniales y teorías poscoloniales. In Gonzáles, B. (Comp.), *Cultura y Tercer Mundo*, 1 (pp. 99136). Caracas: Editorial Nueva Sociedad.
- Mignolo, W. (2005). *La idea de América Latina. La herida colonial y opción decolonial*. Barcelona: Gedisa.
- ONU (1986). Declaración sobre el derecho al desarrollo. Adoptada por la Asamblea General en su resolución 41/128, Nueva York.
- Ornelas, J. (2010). Hacia una teoría latinoamericana del desarrollo. In Aceves, L.; Estay, J.; Noguera, P. e Sánchez, E. (Coords.), *Realidades y debates sobre el desarrollo* (pp. 2346). Murcia: Ediciones de la Universidad de Murcia.
- Prashad, Vijay. (2012). *Las naciones oscuras. Una historia del Tercer Mundo*. Barcelona: Península.
- Prebisch, R. (2014 [1948]). El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas. In Sotillo, J. Á. (Coord.), *Raúl Prebisch. Los caminos del desarrollo*. Madrid: IUDUCUM / Los Libros de la Catarata.
- Quijano, A. (1977). *Imperialismo y marginalidad en América Latina*. Lima: Mosca Azul.
- Quijano, A. (2000). El fantasma del desarrollo en América Latina. *Revista del CESLA*, 1, 3855.
- Ramírez, J. (2008). Génesis y evolución de la idea del desarrollo. De

- la inevitabilidad del desarrollo al debate sobre su pertinencia. In Puerto, L. (Org.), *Economía para el desarrollo: lecturas desde una perspectiva crítica* (pp. 2367). Madrid: IUDCUCM / Los Libros de la Catarata.
- Rist, G. (2002). *El desarrollo: historia de una creencia occidental*. Madrid: IUDCUCM / Los Libros de la Catarata.
- Rodríguez, I. (2017). De las mujeres al género en desarrollo: mucho más que un cambio terminológico. In Carballo, M. (Coord.), *Género y desarrollo: cuestiones claves desde una perspectiva feminista* (pp. 4974). Madrid: IUDCUCM / Los Libros de la Catarata.
- Roig, A. (2008). El desarrollo como conflicto institucionalizado. *Revista de Ciencias Sociales Realidad Económica*, 237, 8092.
- Roitman, M. (2013). *Tiempos de oscuridad. Historia de los golpes de Estado en América Latina*. Madrid: Akal.
- Roitman, M. (2014). Los principales teóricos de la modernización, Procesos políticos y estructuras de poder en América Latina [curso]. Buenos Aires: Programa Latinoamericano de Educación a Distancia en Ciencias Sociales / Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini.
- Rostow, W. W. (1961). *Las etapas del crecimiento económico: Un manifiesto no comunista*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- Sachs, W. (1996). Introducción. In Sachs, W. (Ed.), *Diccionario del Desarrollo. Una guía del conocimiento como poder*. Lima: PRATEC.
- Sachs, W. (1997). Arqueología de la idea de desarrollo. *Revista Envío*, 185. Managua: Universidad Centroamericana (UCA).
- Sánchez, I. e Sosa, Raquel. (Coords.) (2004). *América Latina: los desafíos del pensamiento crítico*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Sanchís, N. (2011). América Latina. ¿Desarrollo con Inequidad de género? In Sanchís, N. (Comp.), *Aportes al debate del desarrollo en América Latina. Una perspectiva feminista*. Buenos Aires: Red Género y Comercio.
- Stavenhagen, R. (1969). *Las clases sociales en las sociedades agrarias*. Cidade do México: Siglo XXI.
- Sunkel, O. (Ed.) (1991). *El desarrollo desde dentro: un enfoque neoestructuralista para América Latina*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- Svampa, M. (2018). *Debates latinoamericanos. Indianismo, desarrollo, dependencia y populismo*. Lima: EDHASA / Programa

Democracia y Transformación Social.

- Svampa, M. (2019). *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina. Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias*. Guadalajara: Centro Maria Sibylla Merian de Estudios Latinoamericanos Avanzados (CALAS).
- Tavares, M. (1964, março). Auge y declinación del proceso de sustitución de importaciones en el Brasil. *Boletín Económico de América Latina*, IX(1), CEPAL.
- Tortosa, J. (2010). Pasado, propuestas y futuro para el desarrollo. *Revista Atlántida*, 155169.
- Unceta, K. (2009). Desarrollo, subdesarrollo, maldesarrollo y postdesarrollo. Una mirada transdisciplinar sobre el debate y sus implicaciones. *Carta Latinoamericana*, 7, 134.
- Zabala, I. e Martínez, M. (2017). Agendas de desarrollo y agendas feministas: confluencias y desencuentros. In Carballo, M. (Coord.), *Género y desarrollo: cuestiones clave desde una perspectiva feminista* (pp. 101130). Madrid: IUDCUCM / Los Libros de la Catarata.